

“MANUAL DE TODOS OS TONS”: OS MODELOS DE SMARTS CRIADOS PELO JORNAL O RIO NU PARA A FORMAÇÃO DE HOMENS CIVILIZADOS

“MANUAL OF ALL SHADES”: SMARTS MODELS CREATED BY THE NEWSPAPER O RIO NU TO THE FORMATION OF CIVILIZED MEN

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v19n1p109-118

Resumo

No contexto dos valores de progresso e civilização, cimentados por discursos afeitos à República, o jornal O Rio Nu, periódico direcionado ao público masculino, assumiu uma postura de ditar novos modos de vida aos seus leitores que pretendiam se enquadrar a esses novos tempos. Homossexualidade e virilidade foram algumas das temáticas abordadas por esse periódico. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de gênero, analisando os padrões de masculinidade, num momento em que diversas instituições estavam voltadas para a formação de cidadãos ideais.

Palavras-chave: Masculinidade. O Rio Nu. Homossexualidade. Impotência Sexual.

Abstract

In the context of the values of progress and civilization, cemented by the Republic accustomed speeches, newspaper O Rio Nu, periodical targeted to the male audience, took a position to dictate new ways of life to your readers who wanted to fit these new times. Homosexuality and virility were some of the topics covered by this journal. Therefore, the present study aims to conduct a study of gender, examining the patterns of masculinity, a time when many institutions were toward the formation of ideal citizens.

Keywords: Masculinity. The Rio Nu. Homosexuality. Sexual Impotence.

Natália B. Peçanha

Doutoranda pelo PPGH/UFRRJ; Bolsista Capes; Brasil.

E-mail: nataliahist@hotmail.com

O jornal *O Rio Nu*¹, foi um periódico conhecido por ser a principal referência do chamado “gênero alegre”, expressão utilizada para se referir a uma produção preocupada com uma malícia delicada dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, ligada à despreensão.² Dedicado ao público masculino, esse jornal se imbuía de um papel pedagógico para a formação de homens “civilizados”, ou melhor dizendo – os *smarts*. Esses homens deveriam ser espertos, bem educados, capazes de lidar com os novos padrões sociais estabelecidos na Capital Federal, mas que fossem também responsáveis pela proteção de sua família. Assim, esse impresso demarcava, dentre várias coisas, uma diferenciação entre aquelas mulheres destinadas ao prazer sexual e às destinadas ao casamento, ao apresentar quais tipos de mulheres eles poderiam “bolinar” nas ruas, daquelas que se deveria respeitar³. Um *bolina*, por exemplo, tinha que ter clareza que não podia investir nas mulheres de família e estas por sua vez deveriam ser protegidas por seus pais e maridos que não poderiam deixá-las expostas sozinhas aos “perigos da rua”. Pois, neste mito as mulheres que andassem sozinhas nas ruas, mesmo que por necessidades do trabalho eram associadas à desonra. (ESTEVES, 1989: 43-54) Da mesma forma, este jornal demarcava a real função da família, ou seja, a procriação. A impotência sexual e as práticas sexuais que fugiam ao fim procriativo eram alvos de escárnio e depreciações por parte dos redatores do jornal. O sexo anal, por exemplo, era algo bem condenado. Nem mesmo as mulheres que se submetiam a tal prática eram isentas das críticas – as casadas não faziam isso, somente as prostitutas (SOIHET, 1989: 252). Por fim, o homem “civilizado” além de seguir práticas sexuais bem definidas, também não poderia se render a outros vícios, como ao do alcoolismo. Este considerado uma “praga social”, que além de levar o homem à “vagabundagem” e, conseqüentemente desestruturar sua família, ainda era causadora de um dispêndio do dinheiro público (MATOS, 2001: 29-37).

Para que possamos, então, verificar como este jornal estruturava *protocolos de leituras* (CHARTIER, 1990), que demarcavam *horizontes de expectativas* (KOSELLECK, 2006: pp. 305-327) acerca de uma sociedade “moderna”,

1 O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico (1898-1916). Rio de Janeiro. Obras Raras. PR-SOR 00008. Disponível também em: << <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>.

2 Para maiores informações sobre o tema ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.29 e Cf. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. P.317, nota 3.

3 A “bolinagem” era uma espécie de assédio que mulheres que andavam sozinhas em *bonds* podiam sofrer. Cf. PERERIRA, Cristiana Schettini. op.cit. p. 4-5

em que os homens se portassem como verdadeiros *smarts* seguiremos as análises do material selecionado.

1 - “O Gouveia”: a homossexualidade nas páginas do jornal O Rio Nu

Seguindo a idéia de formação de homens que se adequassem à sociedade moderna e civilizada baseada aos moldes burgueses, o jornal *O Rio Nu* apresentava aos seus leitores uma prática comum, porém não tão bem vista, e que, pelo seu caráter não procriativo, deveria ser, se não extirpada, pelo menos limitada: o sexo anal, sobretudo, quando realizado entre pessoas do mesmo sexo. Assim, para que seja possível compreender a razão pela qual esta temática chamava a atenção dos redatores deste impresso, será realizada uma pequena explanação do ambiente sócio-político pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava entre os fins do século XIX e princípios do XX.

A partir dos anos de 1870 observou-se, na cidade do Rio de Janeiro, uma ampliação substancial de sua população. O fim da escravidão em fins da década de 1880 e sua conseqüente enxurrada de negros libertos que não foram inseridos a sociedade, somada a uma grande onda imigratória, contribuíram para a efervescência populacional em que o centro do Rio de Janeiro se encontrava. Nesse momento, verificava-se um número muito maior de homens em relação ao de mulheres, conforme apresentação do censo de 1890, que registrou 238.667 homens e 184.089 mulheres, no Distrito Federal (GREEN, 1999: 52).

Esses novos arranjos sociais e as doenças que solapavam o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro levaram as autoridades públicas a redobram suas atenções àqueles que subvertiam a moral que se pretendia instalar, ou seja, as ditas “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996): aqui podemos destacar, por exemplo, as prostitutas e também os homossexuais, que indiretamente eram afetados por leis criadas para inibir suas relações em ambientes públicos (GREEN, 1999: 56-57). Para isto, sucessivos governos implementaram uma política de Estado, durante as primeiras décadas republicanas, no afã de alcançar o progresso a partir da formação de “cidadãos exemplares” através de aparatos institucionais como a política higienista, as ações de repressão policiais e judiciais, além das reformas urbanas dos primeiros anos dos 1900 (CARVALHO, 1987 e CHALHOUB, 1996). Porém, esse ambiente de reformas sociais e revitalização do próprio Centro da cidade “não eliminou por completo as evidências de caos, pobreza e deterioração urbana consideradas impróprias pela alta sociedade carioca” (GREEN, 1999: 53). Lugares, como a Praça Tiradentes, que até o Império era chamada de Largo do Rocio, ainda era palco de diversos encontros amorosos ou, simplesmente, *fleurts* de homossexuais que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro. (GREEN, 1999: 53-54)

O tema da homossexualidade, desde o período colonial, era visto com bastante preocupação pelo

governo. As leis portuguesas criminalizavam o sexo anal o definindo, quando realizadas em homens e em mulheres, como *sodomia*. Mesmo aqueles considerados ativos nas relações podiam ser acusados de sodomitas e serem julgados pela Inquisição (GREEN, 1999: 56-57). Somente em 1830, com a promulgação do Código Penal Imperial foi que as referências explícitas a esta prática foram eliminadas do âmbito legal. Porém, alguns artigos, como o 280, permitiam a repressão àqueles que cometessem atos públicos de indecência, expondo-os a sanções como a prisão e o pagamento de multa. Além disso, esta lei dava ensejo às repressões aos encontros homoafetivos realizados em ambientes públicos como, por exemplo, o Largo do Rocio. (GREEN, 1999: 56-57) Já no governo republicano esta tentativa de conter tal prática se intensificou.⁴ Por mais que as punições não fossem direcionadas explicitamente a sodomia ficava claro uma tentativa, por parte do Estado, de conter esta prática no Brasil. Para termos uma noção, de acordo com James Green, o Artigo 379, do Código Penal republicano “tomou o travestismo ilegal ao proibir ‘disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios de o seu e trazê-lo publicamente para enganar’” (GREEN, 1999: 57). Ainda segundo Green:

A sodomia havia sido descriminada no início do século XIX. Contudo, códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento. (GREEN, 1999: 58)

Por romper com o princípio fundamental dos moldes burgueses que se instalava, ou seja, o casamento baseado na família nuclear⁵ com base na reprodução, as relações

4 A repressão à homossexualidade não era facultada apenas as esferas legislativas, alguns ambientes como a Marinha, por exemplo, possuíam punições exemplares aqueles pegos em “atos imorais”. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento a “libidinagem” era uma das cinco faltas disciplinares que poderiam ser punidas pela Companhia Correccional, porém desde que houvesse reincidência. Como castigo o indivíduo podia receber chibatadas, ser preso em solitária, além de ter que cumprir pena na Companhia Correccional. Antonio Ferreira da Silva, que o diga, por ter se envolvido mais de uma vez em práticas imorais teve que cumprir cinco meses de Correccional no Rio de Janeiro (ele era do Amazonas). As punições a essas práticas, na verdade, podem ser interpretadas como formas de correção, uma vez que os oficiais “acreditavam que a homossexualidade era uma doença ou um problema moral”. Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina*: na revolta dos marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008. pp. 177-180.

5 Estamos, aqui, falando de uma família de elite, onde o casamento era a única via aceitável de união entre homens e mulheres. Entretanto, na

homoeróticas e as práticas sexuais com fins, somente, na satisfação sexual foram alvos fáceis de estigmatizações e depreciações (GREEN, 1999: 62-63). O jornal *O Rio Nu*, neste sentido, foi um importante veículo de disseminação de críticas ao sexo anal. Porém, mais do que simplesmente condenar tal prática ele, ao entender que este ato não seria abolido da sociedade, estipulava com quem se podia praticar. Em um trecho da cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d’o Rio Nu*, já podemos observar uma possibilidade de sexo anal

(...)
Uma senhora eu conheço
Que tem dezenas de amantes,
Que lhe pagam por bom preço
Os seus carinhos constantes...
Tem jóias de alto valor
De dinheiro ela anda cheia,
E ganhando fazendo amor...
Amor à moda Gouveia!...

O *smart*, como mencionado deveria ter em mente uma distinção bem definida do que podia ou não fazer com mulheres honestas, que não é o caso da mulher representada na cançoneta. Esta preocupação no que diz respeito ao sexo estava ancorada em princípios disseminados pela Igreja, que criava regras que deviam ser seguidas até mesmo pelas pessoas casadas. Para ela, as pessoas que contraíssem matrimônio só para obter prazer eram consideradas pecadores (SOIHET, 1989:252). Segundo Rachel Soihet,

(...) o homem era considerado o elemento ativo, superior à mulher que deveria submeter-se aos seus assaltos com passividade. Nesse sentido, a posição adequada para o ato sexual era aquela chamada de “natural”, com a mulher deitada de costas e o homem sobre ela. Todas as demais posições eram consideradas escandalosas e “contra a natureza”. (SOIHET, 1989: 253)

Não é à toa que o jornal apresenta o repúdio de tal prática realizada pelo marido sobre sua esposa.

prática o número de pessoas casadas era pequeno. Conforme o recenseamento de 1890, 65.526 homens e 50.076 mulheres eram casados, enquanto que o número de solteiros era de 216.520 homens e 158.409 mulheres. Este número reduzido de casamentos pode ser explicado dentre outras coisas, pelos entraves burocráticos para a realização do mesmo, bem como a dificuldade do homem pobre manter uma família aos moldes burgueses, onde sua mulher não poderia trabalhar, nem mesmo sair às ruas sozinhas para não desonrar suas famílias. Ver: SOIHET, Rachel. op.cit. p. 247-248.

Figura 1



Fonte: *O Rio Nu*. p.5. 3 fev. 1909

A esposa ao ter que se submeter ao sexo anal praticado pelo marido, se queixa à mãe que prontamente tira satisfação com o genro, que justifica seu ato ao fato de se chamar *André Gouveia*. Este termo era muito utilizado nessa época para se referir às práticas sexuais realizadas por homossexuais masculinos. James Green em *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, aponta para a utilização do termo *Gouveia* significando “um homem velho que deseja garotos jovens” (GREEN, 1999: 69). Tal assertiva acerca do termo *Gouveia*, mostra-se um tanto reduzida, visto que pelos discursos analisados, o significado do mesmo é mais amplo. Na cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d’o Rio Nu* identificamos o uso de tal termo para se referir àquele que se converte em passivo no ato do sexo anal.

(...)

Uma noite no Rocio,
 Ia passando um rapaz
 Desses que têm pouco brilho,
 Com a calça rota por traz...
 Eis que o aborda um sujeito
 E o convida p’ra uma ceia.
 O convite foi aceito...
 Foram brincar de Gouveia!...

A minha prima Luzia
 Casada com um tripeiro,
 A quem a sorte sorria
 Dando-lhe muito dinheiro...
 Um ano após o consorcio
 - Vejam só que cousa feia! -
 Foi requerer o divórcio

Porque ele se fez Gouveia!...⁶

Esta cançoneta nos possibilita primeiro, identificar como um dos usos do termo *Gouveia* a questão da passividade em relação ao sexo anal, além de associação do Largo do Rocio diretamente à homossexualidade, visto que este era o principal lugar de encontros homoeróticos da cidade do Rio de Janeiro (GREEN, 1999: 62-63). Porém, *Gouveia*, em outras representações pode ser o ativo na relação.

Figura 2



Fonte: *O Rio Nu*. p. 5. 21 abr. 1909.

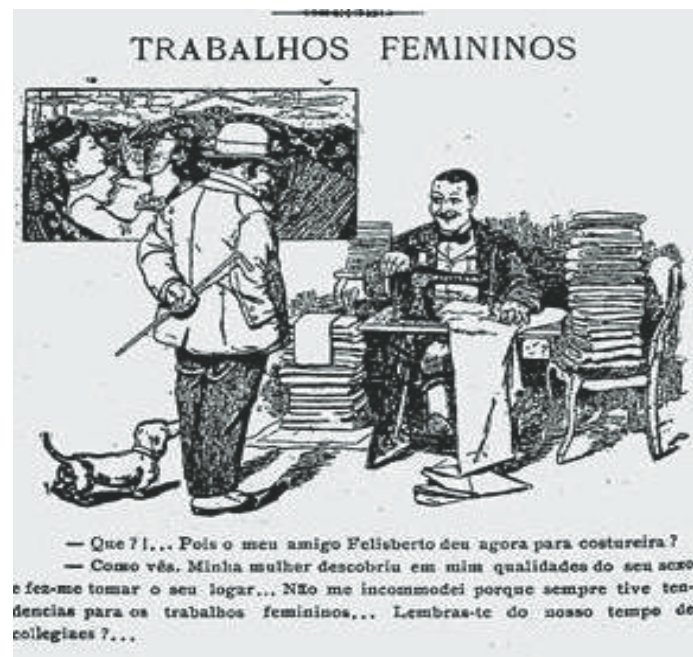
É interessante notar que as imagens das relações sexuais homoeróticas geralmente utilizam-se de um tom satírico e humorístico apresentando um cunho moralizante e ridicularizante, mais do que propriamente de satisfação sexual. De acordo com Randolph Trimbach, enquanto as obras pornográficas apresentam um tom sério ao representar o corpo e o ato sexual a fim de intensificar a excitação sexual, as obras humorísticas e satíricas tendem, pelo contrário, enfraquecê-la (TRIMBACH In HUNT, 1999: 281-282). A tendência destas representações, sobretudo, quando os envolvidos na prática sexual são dois homens, não é causar ao leitor um desejo sexual, mas sim um alerta àqueles que realizam esta prática.

O que se vê nesse jornal é, na verdade, a reafirmação de uma masculinidade hegemônica bem definida que se opusesse e se diferenciasses ao máximo do modelo feminino. (MATOS, 2001: 384) O homem que assumisse qualquer comportamento que pudesse ser associado a práticas

⁶ O Gouveia. *O Rio Nu*. p. 7, 25 jul. 1906.

definidas como femininas era chamado de efeminado e, conseqüentemente, era ridicularizado.

Figura 3



Fonte: Trabalhos femininos. *O Rio Nu*. p.4. 21 fev. 1903.

Tais representações vistas como uma *violência simbólica*, ou seja, uma violência invisível as suas próprias vítimas, que se exerce pelas vias simbólicas (BOURDIEU, 2002: 2-3) representavam na verdade, uma *dominação masculina* (BOURDIEU, 2002) que tendia a exercer sua violência àqueles que contrariassem os padrões aceitáveis de masculinidade, como ser um bom pai, provedor, chefe autoritário, dentre outros (MATOS, 2001: 44). Para termos uma noção de como esses instrumentos criavam uma imagem pejorativa dos homossexuais, passemos a análise da comédia *A “senhora” do patrão*⁷.

(...)

Eu não disse, patrão, que esse negócio
 De dormir toda a noite no meu seio,
 Co’ a promessa de ser breve seu sócio,
 Havia de deixar-me o ventre cheio?...
 Doutor
 !!!
 (Cai o pano, de vergonha)

Esta estória narra uma visita médica ao empregado que se encontrava doente. Próximo ao seu leito havia uma bacia com a urina da empregada, deixada sem querer por ela. O médico pensando que se tratava da urina do paciente faz o exame e acaba diagnosticando gravidez. Logo o paciente pensando que se tratava dele acusa seu patrão pelo seu estado. Aqui, observamos dois pontos básicos: o criado, por se sujeitar a uma posição passiva em

uma relação sexual é representado de forma efeminada, como se ele fosse a mulher do patrão, já a representação do patrão é mais emblemática. Ele, um chefe de família, acaba sendo submetido à vergonha, mesmo sendo o ativo na relação sexual. Além disso, este jornal mostra uma prática paternalista advinda do período escravocrata, bem arraigada na sociedade. Era comum, por exemplo, no período colonial, relatos de documentos da Inquisição que mostravam algumas relações homossexuais em que o homem branco, muitas vezes, exercia seu poder sobre o escravizado (MOURA 2004: 190-192).

Essa prática de poder exercida pelo senhor ao escravizado se estendia não só aos homens adultos, mas também às crianças e adolescentes, trazendo à tona a questão da pedofilia e da pederastia. Porém, a pedofilia, a partir da segunda metade do século XIX, começou a ser criminalizada (MOURA, 2004: 30). Segundo Luiz Mott, esta postura acerca da pederastia

(...) pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultra-repressora - a vitoriana-que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tábula rasa - como ainda postulava o pai da sociologia, Émile Durkheim em 1925 na obra *L’Education Morale* - nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual. (MOURA, 2004: 30).

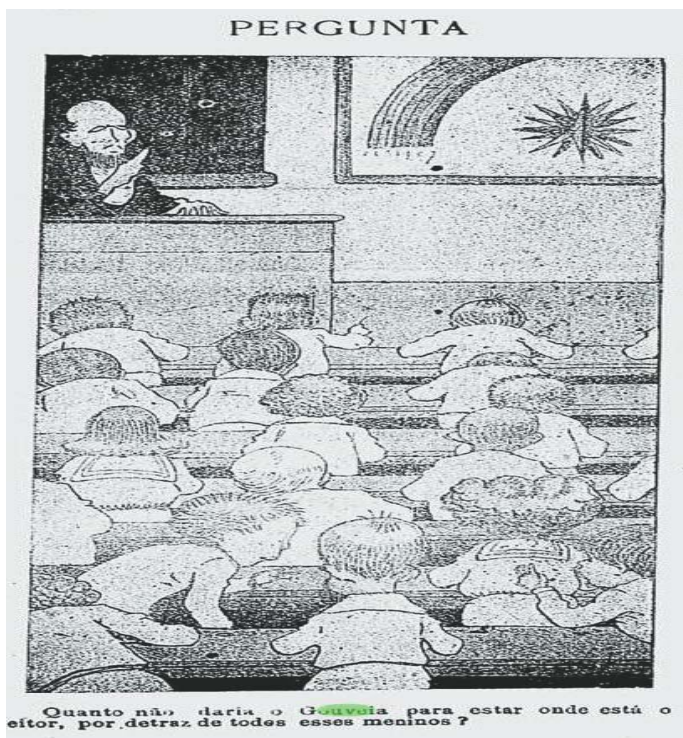
Portanto, o que podemos depreender dessas análises é que *O Rio Nu* estabelecia padrões que os homens deveriam seguir para se enquadrarem nessa sociedade burguesa que se desenhava no Brasil. Para se enquadrarem era necessário romper, ou pelo menos limitar, algumas práticas que já estavam cristalizadas há muito tempo na sociedade. A questão da pedofilia era uma destas. As crianças que, antes do fim do século XIX, eram tratadas como “pequenos adultos”, a partir da Proclamação da República deveriam ser pensadas no sentido da inocência infantil difundida na Europa iluminista do século XVIII, visto que pelo ideário burguês, que se difundia no Brasil, elas eram consideradas o futuro da nação, ou seja, defender as crianças seria defender a pátria (BARREIRO, 2012: 5).

O Rio Nu, desta forma, traçava os limites morais de uma classe média burguesa em formação na cidade do Rio de Janeiro. Ao expor tais situações que envolviam homossexuais, esse jornal – que pelo seu conteúdo, pode ser considerado como subversor da moral – convertia-se, na verdade, numa ferramenta a serviço das políticas públicas que tentavam minar essas práticas, através de um cunho altamente moralizante em que esse personagem era sempre vinculado à vergonha e à degeneração. Assim

⁷ A “Senhora” do patrão. In. *O Rio Nu* de 17 de agosto de 1912. p. 2.

como os médicos que se voltavam para a normatização da sexualidade infantil criando vários discursos propalados em princípios do século XX (BARREIRO, 2012: 7), *O Rio Nu* se atribuiu desta responsabilidade ao associar os perigos das práticas homossexuais também quando realizadas em crianças.

Figura 4



Fonte: Pergunta. *O Rio Nu*. P.5, 31 out. 1906.

Figura 5



Fonte: *O Rio Nu*. P.4. 06 nov. 1907.

Aqui, estão representadas duas imagens em que a prática da pedofilia está claramente evidenciada.⁸ Ao analisar estas, como outras imagens, acreditamos que o jornal se utiliza do humor e do obsceno como ferramentas para falar o impensável, o não dito. Em um momento de mudança de regime político, no qual a República passa a representar o “moderno”, o “civilizado”, tudo o que representava a Monarquia era considerado costumes arcaicos que precisavam ser contidos, pois eram contrários ao progresso que se pretendia alcançar, ou seja, aquele ao modo europeu. Foi justamente nesse impasse que representava a transição de regime político, que a imprensa humorística brasileira ganhou fôlego. E a característica central desse gênero não era apenas fazer rir. Esses humoristas possuíam uma espécie de “missão” civilizadora, mas também denunciadora de conflitos sociais. Muitas vezes atacavam figuras políticas ou intelectuais (no caso *d’O Rio Nu* podemos destacar os ataques ao João do Rio), bem como o humor agressivo que acirrava os preconceitos raciais (*O Rio Nu* quando apresentava charges de pessoas negras, as representavam quase como animais). Deste modo, ao analisar *O Rio Nu*, estamos partindo do pressuposto que o material produzido por seus intelectuais não tinham a função estrita de satisfação sexual ou apenas de promover o riso (se bem que muitos leitores pudessem depreender do material lido somente essas funções). Acreditamos que o humor realizado pelo *O Rio Nu* tinha a função de desmascarar a realidade e denunciar tradições sociais que deveriam ser ultrapassadas a fim de se enquadrarem em uma “nova realidade” que a República “tentava” instalar. (SALIBA, 2002, 66-153). Assim, partindo dessa percepção, que poderia ser compreendida ou não pelo leitor da época, visto que o contexto social, cultural e desejos pessoais auxiliam na determinação do significado que o leitor dá a uma obra, é que compreendemos as imagens selecionadas como uma espécie de alerta aos leitores (CHARTIER, 2011: 77-79). Neste sentido, ao analisarmos as imagens acima acreditamos que talvez ele esteja alertando ao seu leitor, homem honesto, pai de família, da necessidade de proteger seus filhos desse problema social representado pelos *Gouveias* (GREEN, 1999: 78). Ora, se o futuro da nação estava nessas crianças que se tornariam futuros pais de família era necessário que, antes, elas fossem protegidas dessas influências que poderiam corrompê-las, tornando-as inúteis aos interesses do Estado.

O interessante nesses casos é que os *horizontes de expectativas* de grande parte dos redatores nem

⁸ A violência sexual acometida em menores de idade era uma prática, de certa forma, rotineira no Brasil do período estudado. Para termos uma noção, até nas Escolas de Aprendizes aconteciam esses casos como relatava o médico José Ricardo Pires de Almeida. Segundo Pires de Almeida, um Provedor da Santa Casa de Misericórdia, ao se deparar com um grande número de menores que eram aprendizes nos arsenais, era encaminhado à Santa Casa para se tratarem de moléstias “venéreas e deformações.” Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *op.cit.* p. 180.

sempre condiz com as *experiências* vividas por eles (KOSELLECK, 2006). Colaboradores como Olavo Bilac, por exemplo, que possivelmente fosse homossexual, na interpretação de James Green, participavam ativamente do periódico publicando suas crônicas que eram ovacionados pelos próprios diretores do jornal por trazerem prestígio ao impresso. Assim, por mais que o discurso propalado viesse ao encontro dos discursos médicos e jurídicos que penalizavam a homossexualidade, na prática a convivência com homossexuais que tinham papéis proeminentes no jornal era algo real.

2 – “Pobre velho impotente”: uma análise de como o jornal tratava a impotência sexual masculina

(...)

- Bellinha dá-me um copo d’água, rosnou a voz cava e morosa do Marreco.

Ella então, vendo-o impotente, fraco, pusilânime, levantou-se nervosa e mirou-o de alto a baixo com um gesto de desdém afastando-se vagarosamente e murmurando – Burro!!! Brocha!!!!...

- E esta... e esta, dizia o Ernesto, afastando-se vagarosamente com um riso de idiota.

O Marreco ganhou três entradas nessa noite, mas nunca... nunca mais deixou de ter dor de cabeça!

Pery.⁹

“Burro”, “Brocha”, são alguns dos diversos adjetivos facultados aqueles homens que não cumprem bem seu “papel”. Além de serem ridicularizados e humilhados por suas mulheres esses homens ainda sofriam com a “dor de cabeça” (adultério da esposa) que podiam os acompanhar pelo resto da vida. Assim, era apresentado um dos piores problemas que podiam acometer um homem – a impotência sexual. Da mesma forma que a mulher tinha seu papel bem definido nessa sociedade, ou seja, boa esposa e mãe de família (SOIHET, 1989: 111-113), o homem, por sua vez também tinha sua responsabilidade bem definida de mostrar, através das múltiplas gestações de sua esposa, sua virilidade (DEL PRIORI In DEL PRIORI, 2011: 108)¹⁰.

Durante o século XIX o tema da reprodução foi amplamente discutido por médicos e intelectuais (DEL PRIORI In DEL PRIORI, 2011: 125). Mas, esta discussão se fortaleceu, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX quando o tema da infecundidade se atrelou “aos debates

sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie” (DEL PRIORI In DEL PRIORI, 2011: 108), ou seja, uma questão do foro íntimo passava a ser um problema social de grande relevância. Assim, não é de se espantar que *O Rio Nu* se aproveitasse dessa temática para preencher suas páginas com estereótipos acerca das práticas homossexuais que demarcavam, implicitamente, a impossibilidade desses homens se transformarem em *smart*.

A masculinidade propalada está associada diretamente à virilidade, ou seja, homem para ser homem, além de não ter posturas efeminadas, deveria ser viril. De acordo com Maria José Somerlate Barbosa a associação entre masculinidade e virilidade

(...) está calcad[a] em valores físicos que foram transformados em valores morais também. A sexualização da masculinidade encontra tanto respaldo que até os dicionários de língua portuguesa apresentam os termos “virilidade” e “masculinidade” como sinônimos. Considerando-se que, para uma grande maioria dos homens, virilidade é uma questão de perpendicularidade, a geometria do órgão sexual masculino, em todos os seus ângulos, constitui a medida da sua virilidade e a representação da sua masculinidade. Ao englobar os dois termos como categorias equivalentes e universais, os dicionários e os pronunciamentos culturais essencializam a medida da masculinidade (considerando-a apenas como virilidade) e definem a masculinidade de uma forma abrangente (“masculinidade hegemônica”), como se as mesmas normas e padrões de comportamento constituíssem elementos válidos para todos os homens, em todos os tempos e lugares.

Divisões geográficas e as suas influências na estruturação dos conceitos de “masculinidade” e “virilidade” são aqui discutidos de uma maneira generalizada. Pois mesmo que haja, em diferentes áreas sócio-geográficas, certas variações nos graus e nas medidas da conceitualização dos termos “masculinidade” e “virilidade”, alguns conceitos pré-estabelecidos e latentes independem de regiões geográficas, classes sociais e níveis intelectuais. Em alguns contextos, a virilidade e a masculinidade se definem pela posse do corpo da mulher, tratado como objeto de dominação, controle e uso dos homens. (BARBOSA, 1998: 323-324)

E era justamente a possibilidade de um homem não dominar o corpo de uma mulher que fazia o jornal *O Rio Nu* se debruçar sobre esta temática. Note-se que estamos falando de um material impresso que tinha como característica principal o domínio do corpo da mulher; corpo este que era exposto ao deleite dos homens que consumiam esse material. A impossibilidade de um homem exercer esse domínio era visto com preocupação pelos redatores do

9 PERY. Burro!..., O Rio Nu, p. 7, 19 mar. 1904.

10 Acerca da noção de virilidade, Bourdieu informa que esta, em seu aspecto moral de “questão de honra”, “princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual” Cf. BOURDIEU, Pierre. op.cit. p. 12.

jornal, que se inquietavam com as possíveis reações dessas mulheres. Para que possamos entender como o jornal *O Rio Nu* apresentava esta temática passemos às análises das representações.

Figura 6



Fonte: Intimidades. *O Rio Nu*. p.1, 24 mar. 1900.

Na imagem acima temos o Fidelis, homem aparentemente mais velho, que mesmo depois de tomar o licor nada sentiu frente à D. Elvira, que brava pela situação em que se encontrava, esbravejava com o pobre do homem, mandando-o sair de seus aposentos. Ao analisarmos detidamente esta charge podemos perceber algumas características importantes da representação da impotência sexual feita pelo jornal. Primeiro, assim como em outras imagens, o homem se apresenta cabisbaixo, geralmente olhando para o chão, com um ar humilhado frente à mulher que o menospreza.

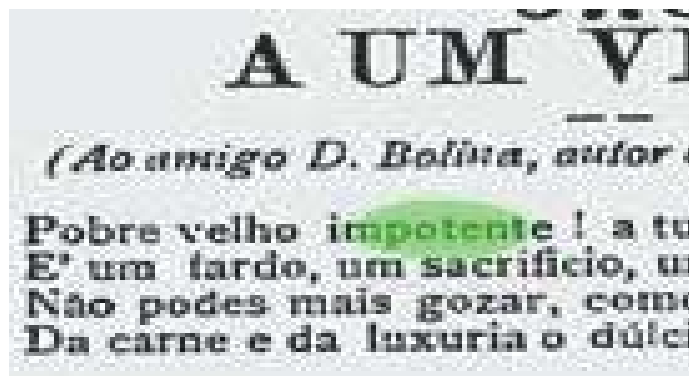
Figura 7



Fonte: Cyclista cansado. *O Rio Nu*. p.5, 04 fev. 1905.

Esta imagem é bem emblemática, pois mostra o preconceito que homens com este problema tinham que enfrentar, além da associação direta da impotência sexual à velhice.

Figura 8



Fonte: Hercules Bravo. A um velho. *O Rio Nu*. p.2, 08 abr. 1908

A identificação da velhice como um período distinto da vida e o entendimento que os idosos eram uma parcela da população identificável socialmente para a qual deveria ter ações de intervenção, começou a ser propalada na passagem do século XIX para o XX (MORAES In DEL PRIORI, 2011: 430). De acordo com Andréa Moraes, a “instituição da aposentadoria e os asilos de idosos marcam simbolicamente a identificação entre incapacidade e

velhice e inauguram o entendimento dessa como um ‘problema social’”. A velhice, portanto, passava a ser associada à improdutividade, visto que é neste momento que o homem sai do mercado de trabalho, ou seja, deixa de produzir (MORAES In DEL PRIORI, 2011: 431). Logo, essa improdutividade é refletida para o âmbito sexual. E o jornal *O Rio Nu* se vale muito deste discurso, sobretudo, ao realizar uma espécie de crítica a esses “velhos” que se casam com mulheres jovens¹¹, mas que não conseguem mais acompanhar a vitalidade juvenil de suas esposas.

A impotência sexual masculina traz um outro problema, ainda mais grave à honra desse homem – o adultério de suas esposas.

Figura 9



Fonte: Pierrot. Marchando... *O Rio Nu*. P.2, 05 set. 1900.

Na imagem destacada observamos uma mulher, que não satisfeita sexualmente por seu marido – brocha – passa *ficha* a um rapaz, sem que seu marido visse, pois como a maioria das representações dos impotentes ele está olhando para baixo, envergonhado com sua situação. Esta imagem, desta forma, rompe com a representação propalada de família patriarcal, assentada no casamento legítimo (principalmente pela parte da mulher) e na divisão

11 Segundo Rachel Soihet havia, e ainda hoje há uma valorização da mulher jovem e de seu corpo. O homem sentia-se “estimulado a buscar outras experiências, a trocar um objeto do qual já está saciado por outro mais jovem que se lhe constituía em fonte de novos prazeres. Ver: SOIHET, Rachel. op.cit. p. 287. Associado a esta preferência, ainda havia um costume de que a iniciação sexual feminina fosse realizada por um homem experiente, na maior parte da vezes, muito mais velho do que a mulher. Ver: DEL PRIORI, Mary. op.cit. p. 125.

dos papéis para ambos os sexos (SAMARA, 1995: 65). Os “brochas” não cumprem seu papel e por isso ficam submetidos à desonra. De acordo com os costumes da época o adultério da mulher era culpa do marido; “ele deveria ter tomado providenciais para que a situação não chegasse a tal ponto”¹², neste caso a providência era a sua virilidade.

Esse jornal, desta forma, invadia o âmbito mais íntimo da privacidade do casal para demarcar, além dos padrões sexuais aceitáveis ou não, o que era entendido, pelos seus redatores, por masculinidade e virilidade. Eles, assim, demarcavam e ratificavam papéis bem definidos para esses homens. Aqueles que não se enquadravam aos modelos propalados não podiam ser considerados *smarts*, ou seja, “civilizados”.

Referências

BARBOSA, Maria José Somerlate. (1998). Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v. 11, pp. 321-343.

BARREIRO, Alex. A construção criminal da pedofilia no Brasil: entre as práticas institucionais e o discurso patológico. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, 2012. p. 5. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337302264_ARQUIVO_AConstrucaoCriminaldaPedofilianoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

12 De acordo com Marcos L. Bretas, “a proteção de esposas e filhas ou a emissão de atestados de seu bom comportamento eram atribuições transferidas para a polícia”, todavia, era mais comum o marido desonrado se atribuir das prerrogativas dos policiais e fazer justiça com suas próprias mãos. Nesses casos, esse homem receberia um tratamento mais compreensivo, no julgamento, do que aqueles que apresentavam queixas do adultério na polícia. Ver: BRETAS, Marcos L.op.cit.. p. 181-182.

- CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MORAES, Andréa. O Corpo no Tempo: velhos e envelhecimento. . In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOURA, Clóvis. (2004). *Dicionário da escravidão negra no Brasil* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo [Homossexualismo].pp. 190-192.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina: na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. (2002). “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 335f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas/ São Paulo.PEREIRA, Cristiana Schettini. (1997).*Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da “fragilidade humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n.29, 1995. p. 65. Disponível em: << www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3773. Acessado em 04 abr. 2013
- SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- TRIMBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo inglês. In. HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 1999.

Recebido em 30/02/2015 e aceito em 10/04/2015